

DO TEXTO À FORMAÇÃO: A LITERATURA COMO ESPAÇO DE SABER E CRIAÇÃO

Laura Amélia Fernandes Barreto (UERN)
lauraamelia@uern.br

RESUMO

Este estudo tem por objetivo propor uma reflexão sobre o papel formativo da literatura como prática de conhecimento, criação e reinvenção do mundo. Partindo da leitura como um ato de interpretação e de produção de sentido, o encontro discute como o texto literário ultrapassa o campo estético, tornando-se um espaço privilegiado de experiência, crítica e transformação. A literatura é compreendida como um território de saberes múltiplos, no qual o leitor se descobre sujeito ativo, sensível e criador. Nesse percurso, mais do que objeto de estudo, a obra literária revela-se como força capaz de ampliar horizontes éticos, sociais e afetivos, estimulando a escuta, a empatia e o pensamento crítico. Assim, ao aproximar texto e formação, busca-se reconhecer a literatura como uma forma de educar o olhar e a sensibilidade, contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito leitor e para o exercício da imaginação como modo de compreender e reinventar a realidade.

Palavras-chave:

Experiência estética. Literatura e Formação. Leitura e subjetividade.

ABSTRACT

This study aims to propose a reflection on the formative role of literature as a practice of knowledge, creation, and reinvention of the world. Starting from reading as an act of interpretation and meaning-making, the discussion explores how the literary text transcends the aesthetic field, becoming a privileged space for experience, critique, and transformation. Literature is understood as a territory of multiple forms of knowledge, in which the reader discovers themselves as an active, sensitive, and creative subject. Along this path, more than an object of study, the literary work reveals itself as a force capable of broadening ethical, social, and emotional horizons, fostering listening, empathy, and critical thinking. Thus, by bringing text and formation closer together, the intention is to recognize literature as a way of educating perception and sensitivity, contributing to the holistic development of the reader and to the exercise of imagination as a means of understanding and reinventing reality.

Keywords:

Aesthetic experience. Literature and Formation. Reading and subjectivity.

1. Introdução

Desde tempos remotos, a literatura tem ocupado um lugar singular na vida humana, servindo não apenas como expressão artística, mas também como modo de compreender o mundo e de se compreender nele. Longe de restringir-se ao domínio estético, o texto literário constitui-se como campo

de aprendizagem, reflexão e construção de sentidos, onde o leitor é continuamente convocado a interpretar, sentir e reinventar. Ler é, portanto, um exercício que ultrapassa a decodificação linguística: trata-se de um ato de formação ética, intelectual e afetiva, no qual se produz conhecimento sobre si, sobre o outro e sobre as estruturas que permeiam a experiência humana.

Nesse horizonte, a literatura emerge como espaço privilegiado de elaboração simbólica, diálogo e imaginação crítica. A obra literária, ao entrelaçar ficção e realidade, possibilita ao sujeito leitor transitar entre perspectivas, desenvolver empatia, questionar valores e projetar novos modos de existir. Por isso, a prática literária se revela potência formativa que amplia o olhar e educa a sensibilidade, favorecendo a construção de um sujeito autônomo, sensível e criador. Ao estimular o encontro entre texto e leitor, a literatura convoca a escuta, o pensamento crítico e a invenção, configurando-se como força de transformação individual e coletiva.

Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo propor uma reflexão sobre o papel formativo da literatura como prática de conhecimento, criação e reinvenção do mundo. Partindo da ideia de que o texto literário constitui um território plural, onde se cruzam memórias, desejos e narrativas, busca-se refletir sobre seu papel no desenvolvimento integral do sujeito leitor. Assim, pretende-se evidenciar como a prática literária potencializa a imaginação como modo de conhecer e reinventar a realidade, afirmando a literatura não apenas como objeto de estudo, mas como experiência viva de formação.

2. Literatura como espaço de saber e formação

A literatura constitui uma dimensão privilegiada do conhecimento humano porque transforma a experiência estética em um espaço interpretativo que amplia a compreensão de si, do outro e da realidade. Antonio Candido (1989) afirma que a literatura é um direito justamente porque humaniza,

[...] confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas [...] A respeito dos dois lados da literatura, convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. (Candido, 1989, p.113)

Isso produz deslocamentos éticos e cognitivos no leitor. Essa potência aparece com clareza quando observamos o modo como narrativas revelam conflitos sociais, identidades silenciadas e estruturas de poder, convidando o

leitor a participar de um movimento crítico que ultrapassa a apreciação formal do texto.

Um exemplo emblemático desse processo é *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1938). A narrativa, ao retratar a família de retirantes nordestinos em meio à seca, não se limita a apresentar um cenário árido: constrói subjetividades dilaceradas pela fome e pela exclusão. A incapacidade de Fabiano de expressar-se revela dimensões éticas e políticas que interpelam o leitor. Ao acompanhar tais tensões, não se lê apenas uma ficção, mas uma denúncia concreta das desigualdades brasileiras, que convoca empatia e reflexão. Assim, a literatura dá a conhecer aquilo que a realidade encobre, cumprindo sua função humanizadora.

Essa dimensão formativa também pode ser percebida na obra de Auta de Souza, poeta potiguar do final do século XIX cuja escrita entrelaça religiosidade, sofrimento, espiritualidade e resistência feminina. Em *Horto* (1900), sua poesia configura uma pedagogia do sensível ao transfigurar dor e perda em esperança, humildade e transcendência. Versos como “E quando a dor pungente me devora, / Então minh’alma presa ao céu se eleva” revelam o gesto literário como exercício de elaboração subjetiva e ética. Auta apresenta ao leitor um caminho de interioridade e superação, convidando-o a refletir sobre a fragilidade humana, a compaixão e a espiritualidade como força criadora. Por meio do lirismo, a literatura funciona, assim, como ato de conhecimento e cuidado de si, confirmando aquilo que Candido enuncia: a obra literária forma sujeitos ao ampliar percepções e modos de sensibilidade.

Nesse sentido, a literatura não pode ser compreendida apenas como objeto do entretenimento ou como mera ornamentação cultural. Paul Ricoeur (1997) defende que a leitura literária funciona como ato interpretativo capaz de ampliar a compreensão que o sujeito tem de si, promovendo a reconfiguração do real pela via da imaginação. *Vidas Secas* e *Horto* exemplificam esse movimento de criação de mundos possíveis: a família de retirantes sonhando com dignidade; a poeta transformando dor em transcendência. Nos dois casos, o leitor é convocado a reorganizar seu modo de sentir, compreender e imaginar o vivido.

Também Bakhtin (1997) destaca que o texto literário é arena de diálogo, onde múltiplas vozes sociais se confrontam. A obra de Graciliano articula discursos da ordem, da opressão e da resistência; a de Auta articula voz feminina, religiosa e lírica em um contexto patriarcal. Ler implica inserir-se em uma interação ideológica, construindo sentidos e reposicionando identidades. A literatura torna-se, assim, espaço de produção de saberes discursivos e de formação ética.

A concepção da leitura como experiência transformadora encontra ecos ainda em Jorge Larrosa (2004), para quem o texto literário é acontecimento que afeta e constitui o leitor. A morte da cadela Baleia em *Vidas Secas* desestabiliza afetivamente; os versos de *Auta*, ao ressignificarem sofrimento, deslocam percepções sobre dor, espiritualidade e esperança. Em ambos os casos, o leitor é convidado a suspender certezas e reinventar-se, processo que evidencia a literatura como prática educativa do sensível.

Compreender a literatura como espaço de saber implica, portanto, reconhecê-la como prática formativa, de caráter crítico e inventivo, cuja potência reside na possibilidade de provocar mundos, ampliar horizontes e engendrar sujeitos mais sensíveis, reflexivos e capazes de imaginar outras realidades. No encontro entre texto e leitor, instauram-se processos de conhecimento que ensinam, perturbam e transformam, marcando a literatura como território fecundo para a educação da sensibilidade e para a construção de subjetividades éticas.

3. *Literatura como espaço de criação*

Se a literatura pode ser compreendida como espaço de saber e formação, ela é igualmente território privilegiado de criação, um lugar onde linguagem e imaginação se fundem para inventar mundos, subjetividades e novas possibilidades de existir. Nesse sentido, a escrita literária opera como laboratório simbólico no qual o real é reelaborado, ampliado e tensionado. A literatura brasileira oferece exemplos expressivos dessa potência inventiva, como se observa nas obras de Clarice Lispector e Leandro Gomes de Barros.

Em Clarice Lispector, a linguagem é movimento de ruptura e experimentação. Textos como *A Paixão Segundo G.H.* (1964) transformam o cotidiano em um campo filosófico, onde um evento aparentemente trivial. O encontro com uma barata desencadeia uma crise ontológica. “Descobri que eu tinha que me desfazer de mim”, afirma a narradora, produzindo uma experiência radical de descida ao desconhecido. Nessa perspectiva, a criação literária clariceana desestabiliza certezas, desmonta identidades e convoca o leitor ao espanto. A escrita torna-se espaço de invenção de subjetividade, pois aquilo que a narrativa elabora é um eu em processo, que só existe enquanto linguagem. Clarice reafirma, assim, a literatura como gesto criador que transforma o banal em revelação e possibilita ao leitor habitar zonas de indeterminação e descoberta, condição fundante da imaginação literária.

Se a criação clariceana se dá pela interioridade, pela escuta da consciência e pela metafísica da linguagem, José Camelo de Melo Rezende, autor de “O Pavão Misterioso” (1923), revela outra vertente do poder inventivo da

literatura: a fabulação popular. Na narrativa, um pavão alado atravessa oceanos para unir dois amantes separados, um feito impossível tornado natural dentro do universo poético do cordel. A hipérbole, o maravilhoso e a astúcia no enredo fundam um espaço de liberdade estética, no qual os limites do real são ultrapassados para que o desejo triunfe sobre a impossibilidade. O cordel, nesse sentido, opera como invenção cultural coletiva, ecoando mitos, crenças e aspirações do imaginário nordestino, e lembrando que a criação literária também nasce da necessidade de narrar e encantar.

Apesar das diferenças estilísticas (introspecção filosófica em Clarice, oralidade fabuladora em José Camelo) ambas as obras expõem o poder da literatura de criar realidades alternativas e instaurar formas renovadas de pensamento. Clarice cria universos de interioridade e ruptura da lógica, enquanto o cordelista inventa cenários de aventura, desejo e engajamento afetivo coletivo. Em ambos os casos, a literatura funciona como território de invenção do mundo, deslocando o leitor para outras perspectivas e convidando-o a reimaginar o real.

Nesse sentido, o gesto criador em Lispector e Rezende não se restringe à fruição estética, ele atua como prática formativa e identitária. Ler Clarice é desorganizar as certezas do eu e aprender a lidar com a consciência em crise; ler “O Pavão Misterioso” é reconhecer o imaginário popular nordestino enquanto narrativa de sonho, luta e pertencimento. Assim, a literatura cria mundos e cria sujeitos: inventa modos de ser, valoriza repertórios culturais e amplia horizontes de sensibilidade. A criação literária confirma, portanto, sua potência como ferramenta formativa que educa o imaginário, a linguagem e a capacidade de reinventar a realidade.

4. A Literatura como emancipação e liberdade estética

Para além de espaço de conhecimento e invenção, a literatura configura-se como experiência ética capaz de emancipar sujeitos e reorientar sensibilidades. Antonio Candido (1986) defende que a literatura tem função humanizadora justamente porque perturba, descentra e educa o sensível. Martha Nussbaum (2010) vai além ao afirmar que a ficção literária opera como laboratório moral: ao colocar o leitor diante de conflitos humanos complexos, a narrativa o ensina a imaginar e a sentir com o outro, tornando-se, assim, uma prática de justiça e formação cidadã. Esse horizonte ético torna-se particularmente visível ao examinarmos textos de João Guimarães Rosa e Gilka Machado, cujas obras convocam o leitor a confrontar-se com dilemas de identidade, liberdade e responsabilidade.

Em Guimarães Rosa, especialmente em *Grande Sertão: Veredas* (1956), a emancipação se dá pela via da travessia interior. A ética emerge do sertão como categoria existencial e metafísica, onde o bem e o mal são instâncias movediças. Riobaldo declara: “Viver é muito perigoso”, comprimindo a ambiguidade das escolhas humanas. Aqui, a literatura emancipa como sugere Nussbaum: não ensinando o que pensar, mas ensinando a pensar a partir da inquietação. Terry Eagleton (2010) observa que a literatura tem poder político porque desorganiza certezas e Rosa exemplifica isso ao lançar o leitor na dúvida ontológica sobre a existência do diabo, obrigando-o a avaliar crenças, valores e fragilidades. A emancipação está na experiência ética da leitura, que exige interpretação, autoconfronto e abertura.

No caso de Gilka Machado, a emancipação assume outro registro: o corpo como discurso e resistência. Sua poesia, publicada no início do século XX, desmonta a lógica patriarcal ao inscrever o desejo e a subjetividade feminina como temas legítimos do dizer poético. “Possa eu, da frase nos agrestes sons, em versos minuciosos ou sucintos, expressar-me, dizer dos meus instintos, sejam eles, embora, maus ou bons”, escreve Gilka, e, segundo Rita Terezinha Schmidt (2012), sintetiza uma poética que reivindica o direito à expressão sensível e erótica da mulher em um contexto de silenciamento. Aqui, a literatura emancipa porque cria lugar para quem não o tinha, constituindo a escrita feminina como gesto ético-político de libertação simbólica e discursiva.

A articulação entre Rosa e Gilka revela duas dimensões complementares da emancipação literária: uma ética da dúvida e da travessia existencial, que desestabiliza o sujeito para que ele se refaça, como vemos no sertão rosiano; uma ética da afirmação e da insubordinação identitária, que cria novas possibilidades de ser, como a voz feminina insurgente de Gilka Machado.

Em ambos os casos, confirma-se a tese de Eagleton (2010) de que a literatura não explica o mundo, ela obriga o leitor a reinventá-lo. A ficção emancipa porque solicita responsabilidade interpretativa; a poesia emancipa porque desmantela hierarquias simbólicas. Assim, a literatura se configura como experiência ética porque exige de quem lê um exercício de alteridade, imaginação moral e reposicionamento crítico no mundo.

5. *Literatura, identidade e memória: A escrita como testemunho e autor-reconstrução*

A literatura também se afirma como espaço privilegiado de construção identitária e elaboração de memórias, individuais e coletivas. Como destaca

Paul Ricoeur (1997), a narrativa opera como uma forma de “configuração do tempo vivido”, permitindo ao sujeito compreender-se e inscrever-se simbolicamente no mundo. Nesse sentido, a escrita literária pode funcionar como reconstituição de si e da comunidade, um exercício de autorrepresentação que transforma experiência em memória articulada. No contexto brasileiro, essa dimensão torna-se particularmente evidente na obra de Carolina Maria de Jesus, cuja escrita converte vivência marginalizada em discurso, identidade e arquivo histórico.

Em “Quarto de despejo” (1960), Carolina registra o cotidiano da favela paulistana, afirmando-se narradora e protagonista de sua própria história: “O meu sonho era escrever”. Ao transformar a experiência da pobreza extrema em literatura, Carolina realiza o que Walter Benjamin (2012) chama de “salvar o vivido pela narração”: a narrativa preserva aquilo que a história oficial tende a silenciar. Sua escrita constitui um gesto identitário, um trabalho de memória e um ato político, pois estabelece a favela como lugar de fala e pensamento. Como observa Conceição Evaristo (2003), a escrita de Carolina inventa uma “escrevivência”, isto é, uma escrita que emerge da vida e, simultaneamente, a reconfigura. A literatura, assim, não apenas testemunha a violência social, mas reconstrói o sujeito que narra, permitindo-lhe existir discursivamente e reivindicar dignidade.

A elaboração da memória em Carolina também produz um efeito coletivo. Ao registrar filas da fome, humilhações públicas, negociações por água e pão, “Quarto de despejo” articula uma memória social da marginalização urbana. Maurice Halbwachs (2006) sugere que a memória se forma em grupo e constitui identidades compartilhadas, e é justamente o que Carolina ativa: ao narrar sua vida, narra a vida de milhares. O leitor é convocado a reconhecer o invisível, e a literatura torna-se lugar onde sujeitos historicamente silenciados podem se reconhecer e ser reconhecidos.

Esse processo revela o poder da literatura de articular identidade e memória como resistência. A escrita de Carolina emancipa, mas também restaura e reconstrói a imagem de uma mulher negra, pobre, trabalhadora, mãe, que reivindica nome e voz. Como reforça Nelly Richard (2002), a literatura de caráter testemunhal produz “memórias insurgentes”, capazes de deslocar narrativas hegemônicas. A obra de Carolina se inscreve nesse horizonte: ela arquiva a favela, mas também arquiva-se a si mesma ao escrever.

Dessa forma, a literatura como elaboração identitária e memorialística confirma sua força ética e social. Ao rememorar, Carolina Maria de Jesus não apenas registra uma realidade, ela se torna sujeito da memória e transforma o leitor em testemunha. A narrativa literária, nesse percurso, configura-se como gesto de autoconstrução e de intervenção, reafirmando a literatu-

ra como espaço em que memórias negadas se tornam história e identidades silenciadas se tornam palavra.

6. Considerações finais

A análise empreendida ao longo dos quatro eixos teóricos evidencia que a literatura, longe de ser mero objeto estético, constitui-se como espaço plural de formação, criação, emancipação e construção identitária. No primeiro eixo, observou-se a literatura como saber, reafirmando a leitura enquanto experiência humanizadora que educa a sensibilidade e amplia o olhar, conforme defendem Candido, Ricoeur, Bakhtin e Larrosa. Exemplos como “Vidas secas” e “Horto” revelaram como a narrativa transforma o real em consciência crítica, convidando o leitor a dialogar com dilemas humanos que atravessam história, linguagem e afetos.

O segundo eixo, dedicado à literatura como criação, demonstrou que a escrita literária opera como invenção de mundos e de subjetividades, ora por meio da introspecção filosófica de Clarice Lispector, ora pela fabulação popular de José Camelo de Melo Rezende. A imaginação literária, nesse sentido, mostrou-se força transgressora capaz de reconfigurar o cotidiano, instaurar possibilidades e deslocar o leitor para experiências cognitivas e afetivas novas.

No terceiro eixo, a literatura foi compreendida como experiência ética e emancipatória, articulada, sobretudo, por Guimarães Rosa e Gilka Machado. A ficção se revelou laboratório moral, ao convocar o leitor a confrontar escolhas, valores e estruturas sociais, seja na dúvida metafísica rosiana, seja na afirmação insurgente do corpo feminino na poesia de Gilka Machado. Nessa perspectiva, a literatura emancipa porque desestabiliza e cria condições para pensar o outro e consigo mesmo.

Por fim, o quarto eixo destacou a literatura como lugar de identidade e memória, evidenciando em Carolina Maria de Jesus a força da escrita como autoconstrução e testemunho histórico. A narrativa torna-se arquivo do vivido, legitimando vozes marginalizadas e convertendo sofrimento em palavra, gesto que, conforme Benjamin e Conceição Evaristo, resgata a memória coletiva e amplia o repertório social do dizer.

Ao articular esses quatro eixos, compreende-se que a literatura é, simultaneamente, epistemologia, imaginação, ética e memória. Ela ensina, inventa, emancipa e arquiva. Forma sujeitos, cria mundos, desloca sensibilidades e reintegra histórias silenciadas. Nesse percurso, reforça-se a tese de que a literatura não apenas representa a realidade, ela age sobre ela, transformando quem lê e oferecendo ferramentas simbólicas para reinventar o

humano. Assim, reconhecer a literatura como espaço vivo de formação é reafirmar seu papel político, cultural e existencial na construção de sociedades mais sensíveis, críticas e plurais.

Desse modo, pode-se afirmar que o objetivo central deste artigo, propor uma reflexão sobre o papel formativo da literatura como prática de conhecimento, criação e reinvenção do mundo, foi alcançado. Ao discutir a literatura como saber, invenção estética, experiência ética e espaço de identidade e memória, a análise demonstrou como o texto literário ultrapassa o prazer estético e atua como força de construção subjetiva, cultural e política. Por meio do diálogo entre teoria literária e obras de autores brasileiros, evidenciou-se que a literatura educa o olhar, desestabiliza certezas, emancipa sensibilidades e ressignifica experiências humanas, confirmando sua potência formadora e transformadora.

A relevância social do estudo reside justamente no reconhecimento da literatura como prática capaz de promover consciência crítica, preservação de memórias e ampliação de horizontes éticos e culturais. Num contexto marcado por desigualdades, apagamentos simbólicos e crises de sensibilidade, defender a literatura como instrumento de formação integral significa reafirmar seu lugar na educação, na cidadania e na produção de identidades. Ao iluminar vozes como Carolina Maria de Jesus, Auta de Souza e Gilka Machado, o estudo também evidencia a importância de narrativas que foram historicamente invisibilizadas, contribuindo para uma concepção mais plural e democrática de cultura e conhecimento.

Diante disso, abrem-se possibilidades fecundas para futuras pesquisas. Estudos comparativos entre literatura e outras linguagens artísticas, investigações sobre recepção leitora em diferentes contextos sociais, análises da literatura produzida por grupos marginalizados e abordagens interdisciplinares com educação, filosofia, psicologia ou estudos culturais podem ampliar ainda mais a compreensão dos efeitos formativos da ficção. Além disso, pesquisas sobre práticas de leitura em escolas, comunidades e espaços alternativos podem contribuir para pensar políticas públicas de leitura que reconheçam a literatura como direito humano, tarefa urgente e necessária para a formação de uma sociedade mais sensível, crítica e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Direitos Humanos e Literatura*. Paulo: Brasiliense, 1989.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética da nossa afro-brasilidade. *Revista Poesia Sempre*, n. 17, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LISPECTOR, Clarice. *A Paixão Segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1964.

MACHADO, Gilka. *Cristais Partidos*. Rio de Janeiro: Livraria Fon-Fon & Seleta, 1915.

NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

REZENDE, José Camelo de Melo. *O Pavão Misterioso*. Folheto de cordel. s/l, s/d.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Campinas: Papyrus, 1997.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SOUSA, Auta de. *Horto*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Escritas de liberdade: poesia e emancipação no Brasil moderno*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

Outra fonte:

CORREIO das Artes – A União. *Correio* – Fevereiro 2023. João Pessoa, PB: A União, fev. 2023. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/correio-das-artes/edicao-digital-2023/correio-fevereiro-2023-montagem-final.pdf>. Acesso em: abr. 2025.